

Título:	8.	Modelos
Capítulo:	3.	Documentos de instrução de processos (administradoras de consórcio)
Seção	10.	Requerimentos
Subseção	5.	Projeto de constituição de administradora de consórcio

REQUERIMENTO DE MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL A PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DE ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO

1. IDENTIFICAÇÃO

(campos de preenchimento obrigatório)

Denominação social
pretendida:

Endereço da futura sede:

Logradouro, número e complemento – Bairro – Cidade / UF – CEP.

Responsável técnico pela
condução do projeto:

Nome:
Telefone:
<i>E-mail:</i>

Pessoa para contato
(opcional):

Nome:
Telefone:
<i>E-mail:</i>

2. FORMALIZAÇÃO DO PLEITO

Os abaixo assinados, futuros integrantes do grupo de controle de administradora de consórcio a ser constituída com a denominação acima indicada, vêm requerer ao Banco Central do Brasil – Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) – manifestação favorável ao projeto de constituição da sociedade.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

(preencher de acordo com a documentação pertinente)

3.1. Informam que os integrantes do grupo de controle da sociedade serão: (relacionar nome, CPF e endereço completo de todos os membros).

3.2. Informam que os detentores de participação qualificada da sociedade serão: (relacionar nome, CPF e endereço completo de todos os membros).

3.3. Informam que os integrantes do grupo organizador da sociedade (com participação de representantes do grupo de controle e de detentores de participação qualificada) são: (relacionar nome, CPF e endereço completo de todos os membros participantes do grupo organizador).

Título:	8. Modelos
Capítulo:	3. Documentos de instrução de processos (administradoras de consórcio)
Seção	10. Requerimentos
Subseção	5. Projeto de constituição de administradora de consórcio

3.4. Anexam, em conformidade com o disposto no artigo 8º e no artigo 27, inciso I, da Circular nº 3.433, de 2009, os documentos abaixo assinalados:

- a) indicação da forma pela qual o controle societário da administradora será exercido;
- b) formulário cadastral dos integrantes do grupo de controle e dos detentores de participação qualificada, na forma do modelo Sisorf 8.10.20.2;
- c) folha completa de exemplar ou folha impressa da edição eletrônica dos jornais contendo a publicação da declaração de propósito;
- d) projeto de constituição a que se refere o artigo 8º, inciso VII da Circular nº 3.433, de 2009;
- e) original de autorização à Secretaria da Receita Federal do Brasil, firmada por todos os controladores e detentores de participação qualificada, para fornecimento ao Banco Central do Brasil de cópias da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, quando pessoa física, e da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, quando pessoa jurídica, relativas aos três últimos exercícios, para uso exclusivo na análise dos pedidos apresentados, na forma do modelo Sisorf 8.3.20.1;
- f) autorização ao Banco Central do Brasil, firmada por todos os controladores e detentores de participação qualificada, para acesso a informações a seu respeito constantes em qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, para uso exclusivo na análise dos pedidos apresentados, na forma do modelo Sisorf 8.3.20.2;
- g) declaração de inexistência de restrições, firmada pelos controladores pessoas físicas, na forma do modelo Sisorf 8.3.30.6;
- h) relatório de auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com base nos balanços patrimoniais encerrados nos três últimos exercícios imediatamente anteriores ao do pedido, relativo à situação econômico-financeira das pessoas jurídicas controladoras, dispensado o documento quando se tratar de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- i) cópia do balanço patrimonial do último exercício das pessoas jurídicas controladoras – exceto quando se tratar de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – auditado por auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- j) cópias da “Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física”, relativas aos três últimos exercícios, das pessoas físicas controladoras, diretas ou indiretas, da administradora de consórcio, entregues à Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- k) organograma completo do conglomerado econômico, contendo a identificação de todas as empresas, com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ),

Título:	8.	Modelos
Capítulo:	3.	Documentos de instrução de processos (administradoras de consórcio)
Seção	10.	Requerimentos
Subseção	5.	Projeto de constituição de administradora de consórcio

ou, caso estrangeira, com o nome do país onde localizada a sede da empresa, e respectivos percentuais de capital votante e total detidos, ou declaração de que a administradora de consórcio não pertence a conglomerado;

- l) minuta do estatuto social ou do contrato social da empresa a ser constituída;
- m) indicação da origem dos recursos utilizados no empreendimento por todos os integrantes do grupo de controle e por todos os detentores de participação qualificada;
- n) minuta de acordo de acionistas ou de quotistas envolvendo todos os níveis de participação societária, no qual deve constar cláusula de prevalência sobre qualquer outro não submetido à aprovação do Banco Central do Brasil, ou declaração de que não será formalizado;
- o) cópia do contrato de usufruto relativo às participações societárias dos controladores envolvendo todos os níveis de participação societária, ou declaração de sua inexistência.

3.5. Outras informações/observações:

4. Assinaturas:

(Local e data)

(nome completo)

(nome completo)

(Obs: o requerimento deve ser firmado pelos futuros controladores ou por seus representantes legais).